



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Brockmeier, Jens; Harré, Rom
Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 16, núm. 3, 2003, pp. 525-535
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18816311>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo

Jens Brockmeier¹

New School University New York / Freie Universität Berlin

Rom Harré

Georgetown University Washington, DC / Linacre College Oxford

Resumo

O aumento de interesse no estudo da narrativa e seu contexto social sugere a emergência de outro paradigma positivista e um melhor refinamento da metodologia interpretativa nas ciências humanas. O problema dos padrões dinâmicos do comportamento humano parece estar mais próximo de uma solução através dos estudos de narrativa que até mesmo de abordagens bem conhecidas, como a utilização do modelo de regras e papéis. Neste artigo, algumas das qualidades que fizeram do estudo da narrativa uma abordagem produtiva. Procuramos definir a narrativa e diferenciá-la de outros padrões de discurso, tendo como base estudos sócio-psicolinguísticos, filosóficos e literários. Também identificamos algumas dificuldades teóricas e possíveis riscos dos quais os estudiosos da narrativa devem estar conscientes. Finalmente, esboçamos uma compreensão da narrativa que objetiva levar em conta sua condição processual e contextualizada e seu caráter aberto e transitório.

Palavras-chave: Narrativa; discurso; psicolinguística; métodos qualitativos; psicologia discursiva.

Narrative: Problems and Promises of an Alternative Paradigm

Abstract

The increasing interest in the study of narrative and its social contexts suggests the emergence of another positivist paradigm and a further refinement of interpretive methodology in the human sciences. The problem of the dynamic patterns of human behavior seems to be nearer to a solution through studies of narrative than through well-known approaches as the use of the role-rule model or script theory. In this paper we will look at some of the qualities that have made the study of narrative such a productive approach. In doing so, we shall define the notion of narrative and differentiate it from other patterns of discourse, drawing on socio- and psycholinguistics as well as on literary and philosophical studies. We also identify some theoretical difficulties and possible dangers of which, we believe, scholars should be aware. Finally, we will outline an understanding of narrative that aims to take into account its processual and contextualized condition and its open and transitory character.

Keywords: Narrative; discourse; psycholinguistics; qualitative methods; discursive psychology.

Em pouco mais de uma década, a narrativa tornou-se o objeto de interesse de um grande número de novas investigações. Muitas delas estão de acordo com a visão segundo a qual não se trata apenas de um novo objeto de investigação, como as histórias que as crianças contam, discussões em festas e jantares em diferentes ambientes sociais, relatos de doença e de viagens ao exterior, autobiografias, as retóricas da ciência. Trata-se antes de uma

virada discursiva e narrativa, e a psicologia, como as ciências humanas, deve ser vista como parte dessas transformações tectônicas mais profundas da cultura do conhecimento, que incluem a transformação do conhecimento (*episteme*) moderno. Em disciplinas, a filosofia positivista e a psicologia são entendidos com relação à ciência crítica, permitindo a abertura

mesmo de abordagens bem conhecidas, como a utilização do modelo de regras e papéis. Iremos aqui analisar algumas das qualidades que fizeram do estudo da narrativa uma abordagem tão produtiva. Ao fazer isto, será preciso definir, e isto significa diferenciar, a noção de narrativa com relação a outros padrões de discurso, tendo como base estudos sócio-psicolinguísticos e literários, no sentido de desenvolver uma narratologia psicológica. Nosso objetivo seguinte será identificar algumas dificuldades teóricas e possíveis riscos para os quais nós acreditamos que os estudiosos da narrativa devam estar atentos. Finalmente, apresentaremos uma compreensão da narrativa que pretende levar em conta sua condição particular de um discurso contextualizado e, dessa maneira, seu caráter aberto e transitório.

A origem do interesse pela narrativa nas ciências humanas parece ser a “descoberta”, na década de 1980, de que a forma de estória, tanto oral quanto escrita, constitui um parâmetro linguístico, psicológico, cultural e filosófico fundamental para nossa tentativa de explicar a natureza e as condições de nossa existência (Bakhtin, 1981, 1986; Bauman, 1986; Britton & Pellegrini, 1990; Bruner, 1986, 1990; Mitchell, 1981; Nelson, 1989; Ricoeur, 1981, 1984/1985; Sarbin, 1986; Schafer, 1989). É justamente a integração íntima desses posicionamentos relativos à interpretação que oferece o entendimento e a criação dos significados que encontramos em nossas formas de vida. Em particular, com relação a questões referentes à vida humana, é sobretudo através da narrativa que compreendemos os textos e contextos mais amplos, diferenciados e mais complexos de nossa experiência. É essencialmente esta noção que tem sido generalizada e ampliada assim como especificada em um largo espectro de investigações, que incluem estudos sobre as formas pelas quais organizamos nossas memórias, intenções, histórias de vida e os ideais de nosso *self*, ou nossas “identidades pessoais”, em padrões narrativos.

O Conceito de Narrativa

Assim como no caso do conceito de discurso, o uso do

focalizaremos o uso da linguagem para p
Retórica de Aristóteles (1959).

Unidades de Discurso

A organização linguística de diferentes tem sido objeto de interesse para div
 investigação, variando desde aquelas que f
 fonológicos até as que analisam os as
 semânticos, pragmáticos, lógicos e esté
 Muitas maneiras diferentes de selecio
 linguagem vem sendo utilizadas: o signif
 expressões, sentenças, atos de fala,
 conversacionais de discurso, todos têm
 lógica dos nomes, proposições, metáfor
 têm sido investigadas. Entretanto, nenh
 implícitas em todas essas análises serve
 nível de estrutura no qual os poderes
 discurso possam ser vistos como fundame
 totalmente satisfatória. Ao contrário, con
 demonstraram, a análise desses poderes d
 referência aos aspectos narratológicos da n
 e cognitiva dos discursos persuasivos.

Espécies Narrativas

O que faz de um discurso uma estó
 como uma condição necessária, deve ha
 um enredo que evolua ao longo do tem
 variedade de tipos de discurso satisfa
 condições. As espécies do gênero
 surpreendentemente variadas e multie
 populares, análises evolutivas, fábulas, mit
 justificativas de ação, memoriais, conselhos
 por diante.

Os gêneros e formas dos textos narra
 inumeráveis. No entanto, existem en
 características em comum, quer se trate
 diálogos, histórias verídicas ou literárias
 escritos. Em seu sentido mais corrente,

O Geral e o Particular

Apesar das narrativas tratarem de versões da realidade muito específicas à situação e ao sujeito, elas se utilizam de formas lingüísticas convencionais tais como gêneros, estruturas de enredo, linhas de estória e diferentes modalidades retóricas. Assim sendo, a estória, seus interlocutores (aqueles que falam e os que ouvem) e a situação em que a própria estória é contada, tudo isso se relaciona a uma base histórico-cultural de produção. Em outras palavras, nosso repertório local de formas narrativas é entrelaçado a um cenário cultural mais amplo de ordens discursivas fundamentais, que determinam quem conta qual estória, quando, onde e para quem. Existiriam formas pan-culturais que definem uma modalidade geral de formas de vida humana? Essa não parece ser uma hipótese muito absurda, mas tal questão precisa ser apreciada por estudos comparativos mais amplos. O que é verdadeiro é que todas as culturas das quais temos conhecimento são culturas contadoras de estórias.

As Categorias Genéricas de Narrativa e Discurso

No ponto em que estamos, devemos especificar as duas noções principais aqui utilizadas: narrativa e discurso. A categoria mais geral da produção lingüística é o discurso. Os seres humanos se comunicam através de diversos meios, incluindo o verbal. Tipicamente, a comunicação verbal ocorre de maneira simultânea e não independente de outras atividades materiais e simbólicas, e, é nesse sentido que denominamos a produção lingüística (entendida como resultado e como processo) como sendo *discurso*. Falar, escrever, ouvir e assim por diante são sempre, conforme nos disse Wittgenstein (1953), aspectos indissociáveis dos jogos de linguagem, das práticas concretas colocadas em ação através do uso das palavras.

Uma Taxonomia das Formas Discursivas

Consideramos a narrativa como um tipo específico de discurso. Segundo esse conceito, nós estabelecemos vários

discursos incluiria as atividades de conversação e outras formas de contar novas e velhas versões ecológico - ou verde - adaptadas locais); atividades cognitivas e entendimento; atividades expressivas e a produção e recepção de 'textos' (em um sentido lingüístico e não narrativo).

De uma forma sistemática, incluem mitos, contos populares reais e fictícios e certos textos históricos e filosóficos e científicos. Cada cultura, pois, por exemplo, nem todos os textos - alguns são análises de conceitos - encaixá-los às práticas de contar. Por enquanto, incluem estórias e empregam as formas de prosa e poesia.

No entanto, existe uma enorme variedade de formas mistas, porque as narrativas são encontradas em muitas formas de - ou como - poesia, épica, teatro, música, filme, balé e dança visual. Mais uma vez, cada uma das culturas tem suas próprias espécies. No nível do romance, podemos distinguir gêneros tais como romântico, de aventura, e o *Bildungsroman* (um termo usado para caracterizar um amplo gênero de desenvolvimento ao longo da vida). Esses gêneros são estruturados de modo que se desenvolve no tempo.

O *Bildungsroman*

É interessante notar como o *Bildungsroman* é um importante gênero na narrativa ocidental. Por exemplo, para identificar os processos de desenvolvimento pelos quais a humanidade, a cultura ocidental e o terceiro mundo, etc.) deve passar, o *Bildungsroman* é um modelo útil.

podemos colocar a noção de espécie, ou seja, listas organizadas pelo tamanho das entidades listadas, ou por suas localizações nos diversos compartimentos das prateleiras de um supermercado, ou (o que é mais importante para o nosso estudo do discurso ambiental) listas de espécies classificadas pelo grau em que estas se encontram em situação de risco de extinção. Tal lista pode não significar apenas parte de uma estrutura narrativa mais ampla, mas também implicar ou evocar a própria narrativa, tal como a estória dramática das extinções ambientais que ocorreram em consequência das atividades humanas.

Existem muitas outras maneiras de estabelecer uma taxonomia dos tipos de discurso narrativo, alguns relacionados a estudos literários outros na sócio-psicolinguística e na história. No alvorecer do paradigma narrativo ou textual na história (Berkhofer, 1997), existe, por exemplo, várias sugestões para distinguir os diferentes tipos, formas ou gêneros da narrativa histórica (ou narrativa da história). White (1987) e Cronon (1992), por exemplo, fizeram uma distinção entre “crônicas” e “narrativas”, entre uma simples listagem de eventos e discursos históricos realizados de acordo com linhas orientadoras específicas. Distinguir as narrativas das listas, crônicas, enumerações e deduções é apenas uma forma de classificar discursos que tem demonstrado ser útil para o exame dos poderes persuasivos e dos problemas das variadas formas de discurso ambiental.

Dificuldades de Definição

Apesar da classificação aparentemente bem ordenada que apresentamos anteriormente, existem pelo menos quatro razões pelas quais não é tão fácil delinear um limite preciso para o significado de *narrativa*.

Primeiramente, as formas e os estilos da narrativa são, conforme visto, muito variados e multicoloridos. Sua fenomenologia cultural é espantosamente diversificada e aberta. Em *segundo* lugar, existem elementos ou estruturas da narrativa presentes na maioria dos outros tipos de discurso, tais como os textos científicos, jurídicos, históricos ou

sua apresentação escrita ou oral. Isso não é menos interessante.

Para demonstrar as diversas relações entre forma e conteúdo em tais híbridos, examinemos o poema *Lycidas*, de Milton (Patrides, 1961). Essa poesia mostra muito bem que a linguagem poética tem recursos especiais para definir e criar estruturas narrativas através de aspectos visuais.

No *Lycidas* de Milton (Patrides, 1961), o numerológico do poema (pela contagem das linhas) é marcado pela longa linha central 102. Como já apontou, não se trata de coincidência que o conteúdo de todo o poema também se refira ao topo da topografia do cenário da estória. Em outros vários poemas de seu tempo e tendo em mente a tradição iconográfica, *Lycidas* apresenta uma supremacia e triunfal neste ponto. Trata-se da “cabeça sagrada” de *Lycidas*: “*Built in th’ eclipse, and dark*” (Patrides, 1961, p. 5). Consequentemente, a organização do poema em sua segunda metade, em sua ordenação espacial, uma imagem da organização na primeira parte. A primeira parte prossegue com a “cabeça sagrada” da estória, no entanto, ao invés de continuar em direção ao topo, é agora trazida às profundezas através da expressão “*sunk so low that sacred head of thine*”, (Patrides, 1961, p. 5).

Através de várias outras maneiras, os trabalhos desse mesmo período exibem uma preocupação em torno de seu ponto central. Dessa forma, uma definição sugestiva, visual e espacial da linguagem poéticas, uma “façanha arquitetônica”, (Patrides, 1970, p. 179) denominou. Essa mistura de narrativa, da poesia, da imaginação visual e da organização espacial é particularmente interessante por ela ilustra o caráter histórico e variável da estrutura narrativa. Na poesia narrativa moderna, o padrão e outras estruturas formais retratam o perfil visual (porém estático) da linguagem poética, a qual é essencialmente

segundo a qual os gêneros são eternamente estáveis, padrões naturais aos quais o discurso e as narrativas particulares devem se adaptar, deve ser colocada em questão. Existe uma analogia entre a lingüística, particularmente os gêneros literários, e os padrões biológicos da “mente”. A idéia de gêneros eternos – que remonta à Aristóteles – foi colocada em questão no século XIX, enquanto a noção de permanência e estabilidade das espécies orgânicas estava sendo questionada. Seria interessante explorar a conexão que parece existir entre a História Natural de Darwin, a geologia histórica e o advento da filologia histórica e os estudos literários comparativos.

A Quem Pertence a Autoria da Voz?

Uma *terceira* dificuldade em delinear um limite preciso para o significado de narrativa está ligada à questão da definição das autorias. Estórias, conforme afirmamos, não acontecem simplesmente, elas são contadas. No entanto, nem sempre fica claro quem é e onde está a pessoa que conta a história. Algumas vezes, o narrador é uma só pessoa, que domina a audiência da mesma forma como é determinada por ela e pela situação em que a narrativa acontece. Outras vezes, o conto é criado conjuntamente ou cooperativamente como demonstraram, por exemplo: Middleton e Edwards (1990) no estudo das lembranças coletivas; Pontecorvo e Fasulo (1999) em sua pesquisa sobre conversações em um jantar em família; Edwards (1999) no discurso da emoção; Nelson (1996) e Fivush (1994) ao investigarem a origem dialógica das histórias autobiográficas sobre a infância. Para Bakhtin (1981, 1986), cada estória e cada palavra é “polifônica”, seu significado é determinado por incontáveis contextos em que foi previamente utilizada. Bakhtin chamou isso de “princípio dialógico” do discurso, sua inter-individualidade inerente: cada palavra, enunciado ou narrativa carrega consigo os traços de todos os sujeitos, possíveis e reais, que já empregaram tal palavra, enunciado ou narrativa. Conforme este e outros estudos similares demonstraram, as narracões não podem ser consideradas como uma invenção

Mas, como essas vozes estão elas podem ser identificadas? pois a grande autoridade pela qual a visão da realidade é normalmente construída é a grande parte dessa realidade, por suprimir ou ignorar as vozes (Cronon, 1992). A extensão na qual os públicos podem ignorar vozes a única linha de estória foi revelado em um estudo sobre as linhas de estórias utilizadas nas escolas e universidades. História Mundial. Esses textos no formato de narrativa de “desenvolvimento no triunfo”, e excluem outras formas os mitos (as narrativas das culturas são os mitos *Navajo* sobre a origem de estória se baseiam em temas ecológicos”, nos quais o limite transcendeu. De acordo com essas formas uma ordem social e presente em tais estórias. Assim, as linhas de estórias teleológicas de “progresso” e de “desenvolvimento” mitos *Navajo* perderam tudo particulares do ponto de vista r

A Onipresença das Linhas de Organizadores do Discurso

Existe uma *quarta* razão pela qual é fácil propor uma definição exata refere ainda a um outro aspecto da linguagem. Uma vez que crescemos em meio a estórias típicas de nossa linguagem a infância, e o utilizamos de forma como usamos a linguagem em geral se “transparente”. Como todos os outros ele é universalmente presente fazemos, pensamos e imaginamos

como proposições e significado (como concebem os filósofos) têm sido desde o início uma árdua tarefa. Palavras, sentenças, proposições e significados são categorias impostas. Elas não possuem nada além de uma indefinida existência teórica. Do ponto de vista do discurso (o que significa aqui “linguagem em uso”), não existe algo como uma sentença isolada ou uma proposição. Entretanto, ao ser investigada, essas sombras metalingüísticas assumiram uma existência estável e “real”. Suas categorias, conforme foram concebidas, materializaram-se em seres reais. Harris denominou essa ontologia como uma “ilusão metalingüística”.

Parece-nos que existe uma concepção do discurso narrativo que implica no mesmo risco, a saber, o de se embarcar em um processo similar de transubstanciação, transformando uma categoria metalingüística em uma entidade aparentemente real. Desse modo, a forma, o gênero ou o tipo de discurso da narrativa – que é, estritamente falando, nada além de uma categoria metalingüística – podem ser retificados e transformados em um tipo de categoria ontológica.

Para certos propósitos, isolamos uma estória destacando um enredo e delimitando-o de acordo com um gênero particular. No entanto, a identificação da estória, assim como os indicadores do enredo e do gênero podem ser simples reflexos um do outro. A mesma extensão do discurso pode ser dividida em diversas outras formas, sendo que em algumas delas a estória não encontra lugar. Tal crença de que realmente existe ali uma estória, esperando para ser descoberta, independente da construção analítica e do processo narrativo fundamental, é aqui denominada como *falácia ontológica*.

A Narrativa como Descrição: A Falácia Representacional

Intimamente ligado à falácia ontológica está o engano em se supor que existe uma e apenas uma realidade humana à qual todas as narrativas devem, por fim, se reportar. Essa crença talvez seja proveniente do delineamento muito

particularmente quando se trata de cores e sentimentos humanos. Nós denominamos a concepção subjacente e verdadeira realidade humana como a *falácia representacional*.

No entanto, devemos manter em mente que há um número de estórias diferentes a serem contadas sobre esses complexos assuntos humanos, tais como a história de uma vida. Como é bastante discutido na literatura autobiográfica, uma estória de vida geralmente envolve diversas estórias de vida que, além disso, ocorrem ao longo do curso da vida. É uma falácia pensar que há várias narrativas (auto)biográficas diferentes que representam no sentido de que algumas são “verdadeiras” e outras “não” ou “menos” verdadeiras”. A idéia de uma falácia é que existe um tipo de graduação entre a verdade, desde a verdadeira estória, fundamentada em documentos, até a estória falsa e distorcida baseada em mentiras e enganos pessoais. A falácia é considerada como algum tipo de critério para a documental, através do qual a verdade de uma narrativa deve ser julgada. Se houvesse um padrão, fosse realmente vivida por alguém, como podemos saber sobre tal realidade? Ela certamente não pode ser conhecida porque tudo o que se passa em uma vida é a história dessa mesma vida. Viver é atribuir significado à verdade, o processo de construção de significado visto como o centro da vida humana.

A Narrativa como Realidade Discursiva

Certamente, os dois problemas que mencionamos são intimamente ligados. O primeiro é a tendência de afirmar a categoria metalingüística sendo esta a falácia ontológica. O segundo é a tendência em tratar a narração como representação ou tradução. A falácia representacional ou a falácia ontológica, podem ser vistas como duas faces de uma mesma moeda, no sentido em que ambas envolvem a existência de um nível subjacente de realidade humana.

A investigação, pois, não visa detectar modos de representação de alguma coisa que existe “lá fora” no mundo (como um realismo ingênuo nos faria pensar) e não busca, tampouco, descobrir qualquer estado de coisas pré-discursivo ou pré-narrativo, escondido ou reprimido, um tipo de ontologia fundamental – tal como pretende a narrativa psicanalítica, por exemplo (ver Brockmeier, 1997).

Seguindo ao mesmo tempo o alerta feito por Wittgenstein (1953) e Vygotsky (1934/1987) sobre o fato de que a linguagem pode ser entendida como um tipo de transformação, ou mesmo de tradução de significados pré-lingüísticos em palavras e sentenças, as narrativas não devem ser concebidas como a apresentação de uma versão externa de entidades mentais particulares, pairando em um tipo de condição pré-semiótica. Apresentar algo como uma narrativa não significa externalizar algum tipo de realidade interna nem oferecer uma delimitação lingüística para essa tal realidade. Ao contrário, narrativas são formas inerentes em nosso modo de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Em outras palavras, a ordem discursiva através da qual nós tecemos nosso universo de experiências emerge apenas como um *modus operandi* do próprio processo narrativo. Ou seja, estamos lidando primariamente não com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade, como Bruner (1991) apontou. A fim de estudar esse modo de construção, nós devemos examinar cuidadosamente as maneiras pelas quais as pessoas tentam dar sentido às suas experiências. Elas o fazem, entre outras formas, narrando-as. Então, como essas pessoas dão contorno ou definição às suas intenções, desejos e medos? Como elas chegam a lidar com tensões, contradições, conflitos e dificuldades? A questão, pois, não é como as pessoas usam a narrativa como meio tendo a finalidade de relatar, mas, sim, quais são as situações concretas e as condições nas quais elas contam histórias e dessa forma, implicitamente, definem o que vem a ser a narrativa.

condição de existência. Talvez as categorias narratológicas fun-

Se examinarmos como as práticas de *narrar* (além de *estória*, *mito*, *conto*) e, se estudarmos as práticas cotidianas, tais conceitos começam a parecer mais prescritivos. Em nosso campo narratológico e narrativo geralmente prescrição condensada ou condição de alguém deve proceder em determinadas práticas, tais como comparar, classificar, e assim por diante. Em vez de organizar as experiências, a ordem discursiva. A narrativa, portanto, é muito comumente utilizada como uma palavra para designar uma realidade. A narrativa deveria antes ser considerada de um conjunto de instruções que regulam uma variedade de práticas cotidianas, dando sentido às experiências, promovendo desculpas e justificativas e assim por diante. Uma entidade lingüística e cognitiva, a narrativa deve ser tratada como um conjunto de regras, englobando aquilo que constitui uma certa cultura.

Nessa perspectiva, então, não há um repertório especial de instruções que deve e o que não deve ser feito. Cada indivíduo deve ser integrado a uma ordem culturalmente estabelecido. Logo, a narrativa de atos de fala como uma narrativa deve ter uma certa variedade de funções. “O que é uma questão. “Em que implicações consiste em outra. Ambas as questões são relacionadas, como podemos ver em autobiografias. O impulso de narrar raramente é uma necessidade social, mas registrar os fatos da vida.

do desenvolvimento do personagem. Em nossa opinião, a habilidade de contar histórias não se define, de modo algum, dessa maneira. Não se dá instruções específicas aos mais jovens sobre como contar uma história. Ao invés disso, eles são envolvidos, desde a infância, por histórias pelas quais eles parecem ter um gosto ilimitado, não apenas pelos contos em si mesmos, mas por sua infinita repetição. Se as histórias guiam a vida, o que guia as histórias? Logo, há dois problemas para se enfrentar. Ou serão eles apenas um? Será que contar histórias acerca de um episódio da vida é semelhante a contar qualquer outro episódio, mesmo que questões referentes a sua gênese precisem ser abordadas? Precisamos refletir se contar uma vida e viver uma vida é essencialmente a mesma coisa (Freeman, 1993). Talvez nós entenderemos “vida” e “história de vida” como intrinsecamente interligadas em uma contínua produção de significado e sentido (Brockmeier, 1999).

Isso sugere que duas teorias intimamente relacionadas, sobre como a ordem é criada na vida social através delimitações relativas ao enredo, não ajudarão no entendimento da eficácia das histórias. Essas são a teoria de *script* (Schank & Abelson, 1975) e a teoria de regras e papéis (*role-rule theory*, Harré & Secord, 1972). Ambas presumem um tipo de abstração de padrões a partir das experiências que são, assim, eficazes ao orientar a ação, tais como livros de etiqueta, instruções, e assim por diante, como por exemplo guias abertos para se produzir a seqüência correta de ações, quer se trate de uma cerimônia ou de ações necessárias para se construir um móvel. Nos dois casos, há uma clara aplicação de um modelo específico, no qual a ação é orientada por uma atenção explícita ao discurso instrutivo. Nos casos em que as pessoas vivem sua vida de uma maneira ordenada, essas teorias presumem que exista um manual de instruções encoberto, mas nenhuma delas oferece uma explicação de como a conformidade com aquele manual é alcançada. Isto não pode ser realizado através do monitoramento consciente da ação do sujeito à luz das instruções porque, por hipótese, não existe nem monitoramento, nem atenção à regra ou ao

expressar e apresentar o seu ponto de vista. Se um contador de histórias não tiver conhecimento das convenções, os ouvintes irão rir, de ouvir, zombar, corrigir o contador e assim por diante. Seguir corretamente as convenções mantém a atenção dos ouvintes. A mera repetição levará ao tédio, principalmente se os espectadores forem experientes. Portanto, o contador de histórias deverá desenvolver a arte de combinar o tradicional e o novo, o usual e o padronizado e sua ruptura.

Em síntese, o problema da eficácia requer uma abordagem narratológica e no novo paradigma da Psicologia em geral. O problema da relação entre contar e viver uma vida é muito próximo da questão da eficácia das convenções culturais e a ordem social em geral.

Algumas Virtudes Especiais da Narratologia para a Compreensão da Vida

Estruturas Transitórias

Para delimitar o que nos parece ser o núcleo das estruturas fundamentais ao se estudar a narrativa, iremos considerar duas qualidades especiais da prática da narrativa. Primeiro, a narrativa é uma estrutura profundamente flexível que nos permite avaliar precisamente a experiência humana, sua abertura para o novo, tradicionalmente negligenciadas pelas ciências sociais. Em nosso próprio trabalho, viemos a reconhecer que o ambiente, por exemplo, não é apenas um conjunto de estruturas narrativas, mas também desafiador. As estruturas, seus constituintes e elementos, são em constante enredo, linha de história, ponto de vista, e assim por diante, podem ser tudo, menos formas fixas. Ao contrário, elas aparecem como estruturas abertas e adaptáveis que mudam sua organização de características em seu contexto discursivo e sua função social e estética (principalmente em relação ao modelo de desenvolvimento da narrativa, Freeman & Brockmeier, 2006).

que assumem pelas exigências da situação em que ocorrem. Ao invés de conceber narrações como entidades cognitivas, lingüísticas, metalingüísticas ou ontológicas, sugerimos aqui considerá-las como *modus operandi* de práticas específicas de discurso. O termo narrativa designa uma variedade de formas inerentes em nossos processos de alcançar conhecimento, estruturar a ação e ordenar as experiências. Para estudar a narrativa, devemos, então, examinar tais práticas discursivas, seus textos culturais e seus contextos.

De acordo com essa visão, a narrativa tem por característica essencial ser um guia destacadamente sensível à fluida e variável realidade humana, uma vez que essa é, em parte, a natureza da própria narrativa. Isso torna a narrativa uma importante questão a ser investigada pelas ciências humanas em geral e pelas pesquisas na Psicologia e na Antropologia em particular. O estudo da narrativa nos convida a repensar toda a questão da natureza Heraclítica da experiência humana, porque funciona como uma estrutura aberta e maleável, que nos permite conceber uma realidade em constante transformação e constante reconstrução. Isso inclui a opção de dar ordem e coerência às experiências da condição humana fundamentalmente instável e alterar tal ordem e coerência à medida que nossa experiência – ou os seus significados – se transformam.

A Narrativa como Modelo

Isso nos leva à segunda qualidade específica que destaca a forma narrativa no estudo do discurso, à qual queremos dar especial atenção. Ao invés de constituir-se em uma entidade ontológica ou um modelo representacional, a narrativa, conforme argumentamos, funciona como um modelo especialmente flexível. Um modelo, em termos gerais, é uma analogia. Ele relaciona o desconhecido ao conhecido. Ele é utilizado para explicar (ou interpretar) um conjunto de fenômenos, fazendo referências a um conjunto de “regras” (ou esquemas, estruturas, *scripts*, moldes, similares, metáforas, alegorias etc) que de uma forma ou outra envolvem um conhecimento generalizado. Nós ressaltamos

permanecerá como um produto. Entretanto, a razão para essa insistência, por exemplo, na particular paixão dos antropólogos pela literatura, relaciona-se com o fato de que as experiências humanas deveriam reconhecer o conhecimento sobre o discurso interpretativo se baseia na longa tradição dos teóricos da lingüística e da literatura e pelos semióticos da cultura. É a extraordinária influência que a literatura (1986) relativas aos discursos poéticos, nos quais ele desenvolveu suas ideias. A polifônica e de múltiplas vozes da literatura, a Psicologia e a Educação (Hirschkop & Shephard, 1989; V

Existe ainda uma outra e talvez mais interessante maneira de se encontrar em uma narrativa, tornando-a um campo de investigação para a Filosofia, a Psicologia e a Antropologia. A literatura, como todas as artes, pode ser vista como um laboratório no qual as ideias podem ser imaginadas e testadas. A narrativa é relacionada à visão de narrativa do mundo. A fim de ilustrar essa ideia, vamos fazer um experimento de mundos fictícios. Vamos tomar a uma idéia que Eco (1994) discute em Harvard. Eco argumentou que a literatura é baseado, de forma parasítica, na realidade, no qual o mundo fictício adota a estrutura da realidade. Quando entramos em um mundo fictício, nós nos imaginamos vagando pelas montanhas no campo, e a narrativa, nos comportamos nesse mundo como no mundo real; e assim o fazemos. Nós nos baseamos apenas de um modelo narrativo. Kafka relata que um de seus personagens, Samsa, “acordou de manhã

Eco (1994) demonstrou que os leitores ou ouvintes de uma estória fictícia precisam conhecer várias coisas sobre o mundo real para poderem assumi-lo como o fundamento correto para o mundo fictício. Eles permanecem com um pé no mundo de fato e o outro no universo narrativo do discurso. Esta é, portanto, exatamente a maneira como funciona o modelo.

Por um lado, na medida em que nos conta a estória de apenas alguns poucos personagens, geralmente em tempo e espaço bem definidos, um universo fictício pode ser visto como um pequeno mundo infinitamente mais limitado que o mundo de fato. Por outro lado, na medida em que adiciona alguns indivíduos, propriedades e eventos ao conjunto do universo real (que serve como fundamento), pode-se considerar maior que o mundo de nossas experiências. A partir desse ponto de vista, o universo fictício não termina com a estória propriamente, mas se estende indefinidamente (Eco, 1994, p. 85).

Eco (1994) apresentou aquilo que, conforme acreditamos, é responsável pela qualidade laboratorial da ficção narrativa. Como ele apontou, mundos fictícios são conjugados ao mundo real, o mundo dos assuntos corriqueiros, “mas eles são conseqüentemente ‘pequenos mundos’ que singularizam a maioria de nossas competências do mundo real e nos permitem concentrar em um mundo finito, delimitado, muito similar ao nosso porém ontologicamente empobrecido” (p. 85). Entretanto, por não podermos vagar além de seus limites, somos levados a concentrar toda nossa atenção nesse modelo de mundo, explorando profundamente todas as suas variações possíveis e impossíveis.

Mundo Real e Mundo Possível

Vamos agora apresentar um último ponto, examinando esse caráter experimental da narrativa ainda sob outro enfoque. A literatura, diríamos, é um meio de exploração de ambos os mundos: o possível e o real. Ao mesmo tempo, ela nos permite recuar e estudar, por exemplo, o modo como exploramos, em geral, os fenômenos não familiares,

opção que Ítalo Calvino (1988) denominou de leveza a que a imaginação narrativa pode injeccionar no peso da realidade.

Uma das funções essenciais da narrativa é, portanto, subjetivar o mundo, conforme Eco (1994) formulou: abrir-nos para o hipotético, para as perspectivas reais e possíveis que constituem a mente interpretativa (Brockmeier, 1996). Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que a função que apresentamos não se direciona apenas para os literários de imaginação e fantasia como o mundo da realidade ordinária – que representa o mundo comum. Ao contrário, aqui argumentamos que as exploratórias e experimentais da narrativa são inextrincavelmente fundidas com a nossa realidade propriamente dita: com a realidade material e social de nossas ações, mentes e vidas. Ao que tudo indica, definitivamente a função narrativa que produz a experiência humana com sua particular abertura e profundidade sendo, uma razão – talvez até mesmo um motivo para estudar as realidades narrativas deveria ser a qualidade de abertura presente na mente humana e o descobrimento das formas multifacetadas da cultura e culturais em que elas se realizam.

Referências

- Aristotle (1959). *Ars rhetorica*. Oxford: Clarendon, W. D. Ross (Ed.).
 Bakhtin, M. (1981). *The dialogic imagination*. Holquist Austin: University of Texas Press.
 Bakhtin, M. (1986). *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press.
 Bamberg, M. (Org.) (1997a). Oral versions of personal experience: A study of narrative analysis. *Journal of Narrative and Life History*, 7(1), 1-15.
 Bamberg, M. (Org.) (1997b). *Narrative development: Six perspectives*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
 Bauman, R. (1986). *Story, performance, and event: Contexts of popular culture*. Cambridge: Cambridge University Press.
 Berkhofer, R. F. Jr. (1997). *Beyond the great story: Historical narratives and the power of the imagination*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press.
 Britton, B. K. & Pellegrini A. D. (Orgs.) (1990). *Narrative development: Six perspectives*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

- Cronon, W. (1992). A place for stories: Nature, history and narrative. *The Journal of American History*, March, 1347-1376.
- Dunn, J. (1988). *The beginnings of social understanding*. Oxford: Blackwell.
- Eco, U. (1994). *Six walks in the fictional woods*. Cambridge, MA & London: Harvard University Press.
- Engel, S. (1995). *The stories children tell: Making sense of the narratives of childhood*. New York: Freeman.
- Fivush, R. (1994). Constructing narrative, emotion, and self in parent-child conversations about the past. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The remembering self: Construction and accuracy in the self-narrative* (pp. 136-157). Cambridge: Cambridge University Press.
- Fowler, A. (1970). "To Shepherd's ear": The form of Milton's *Lycidas*. Em A. Fowler (Org.), *Silent poetry* (pp. 170-184). London: Routledge and Kegan Paul.
- Harré, R. & Secord, P. F. (1972). *The explanation of social behaviour*. Oxford: Blackwell.
- Harré, R. & Van Langenhove, L. (1993). Positioning and autobiography: Telling your life. Em N. Coupland & J. Nussbaum (Orgs.), *Discourse and lifespan identity* (pp. 81-99). Newbury Park & London: Sage.
- Harré, R. & Van Langenhove, L. (Orgs.) (1998). *Positioning theory: Moral contexts of intentional action*. Malden, MA: Blackwell.
- Harré, R., Brockmeier, J. & Mühlhäusler, P. (1999). *Greenspeak: A study of environmental discourse*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage.
- Harris, R. (1996). *The language connection: Philosophy and Linguistics*. Bristol: Thoemmes Press.
- Hinchman, L. P. & Hinchman, S. K. (Orgs.) (1997). *Memory, identity, community: The idea of narrative in the human sciences*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Hirschkop, K. & Shephard, D. (1989). *Bakhtin and cultural theory*. Manchester: Manchester University Press.
- Hughes, J. A. (1995). Ecology and development as narrative themes of world history. *Environmental World Review*, Spring, 1-16.
- Iser, W. (1991/1993). *The fictive and the imaginary: Charting literary anthropology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Kafka, F. (1995). *Metamorphosis, In the penal colony, and other stories* (J. Neugroschel, Trad.). New York: Schocken.
- Middleton, D. & Edwards, D. (Orgs.) (1990). *Collective remembering*. London: Sage.
- Miller, P. J. (1994). Narrative practices: construction. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The self and the social construction and accuracy in the self-narrative*. Cambridge University Press.
- Mitchell, W. J. T. (Org.) (1981). *On narrative*. Cambridge University Press.
- Nelson, K. (1996). *Language in cognitive development*. New York: Cambridge University Press.
- Nelson, K. (Org.) (1989). *Narratives from childhood to adulthood*. Cambridge University Press.
- Patrides, C. A. (Org.) (1961). *Milton's Lyric*. New York: Twayne.
- Polkinghorne, D. (1987). *Narrative knowing*. SUNY Press.
- Ricoeur, P. (1981). The narrative function. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The self and the social construction and accuracy in the self-narrative* (pp. 274-296). Cambridge University Press.
- Ricoeur, P. (1984, 1985). *Narrative and time*. Chicago Press.
- Sarbin, T. R. (Org.) (1986). *Narrative psychology*. New York: Praeger.
- Schafer, R. (1989). Narratives of the self. Em U. Neisser & R. Fivush (Orgs.), *The self and the social construction and accuracy in the self-narrative* (pp. 167-184). New Heaven: Yale University Press.
- Schank, R. & Abelson, R. (1975). *Scripts, plans, and knowledge*. New York: Erlbaum.
- Vygotsky, L. S. (1987). *Thinking and speech*. New York: Schocken.
- Wertsch, J. V. (1991). *Voices of the mind: A social history of thought*. London: Harvester Wheatsheaf.
- White, H. (1987). *The content of the form: Narrative as a social act*. Baltimore & London: John Hopkins University Press.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. New York: Schocken.